

A CIDADE DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (LEM) NO CONTEXTO DA REDE URBANA DO OESTE BAIANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDOS DO IBGE¹**THE CITY OF LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (LEM) IN THE CONTEXT OF THE URBAN NETWORK OF WEST BAIANO: AN ANALYSIS FROM IBGE STUDIES**Suelí Almeida dos SANTOS²
Vicente Eudes Lemos ALVES³

Resumo: Este artigo busca analisar a rede urbana no oeste baiano, com destaque para a rápida expansão da influência regional de Luís Eduardo Magalhães (LEM). Além desse município, destacam-se também Barreiras e Bom Jesus da Lapa como as cidades que possuem maior centralidade na região. Esta análise foi pautada em três estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quais sejam: Regiões de Influência das Cidades (REGIC) (IBGE, 2008; 2020) e Gestão do Território (IBGE, 2014). Quanto a esse último, realizou-se uma análise a partir do desdobramento dos dados apresentados, em que se buscou revelar o papel da cidade de Luís Eduardo Magalhães na gestão empresarial, bem como compreender melhor os reflexos das especializações produtivas na complexidade da urbanização atual.

Palavras-chave: Rede Urbana Regional; Centralidade Urbana; Oeste da Bahia; Cidade de Luís Eduardo Magalhães.

Abstract: This article aims to analyze the urban network in western Bahia, with emphasis on the rapid expansion of Luís Eduardo Magalhães (LEM) regional influence. In addition to this city, Barreiras and Bom Jesus da Lapa also stand out as the cities that have greater centrality in the region. This analysis was guided by three studies conducted by Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), which are: REGIC (IBGE, 2008; 2020) and Territory Management (IBGE, 2014). Regarding the latter, an analysis was made from the breakdown of the data presented, seeking to reveal the role of the city of Luís Eduardo Magalhães in business management and to better understand the reflexes of productive specializations in the complexity of the current urbanization.

Keywords: Regional Urban Network; Urban Centrality; West of Bahia; City of Luís Eduardo Magalhães.

Introdução

No percurso metodológico para operacionalizar este artigo, foram selecionados alguns dos estudos que são referências importantes no entendimento do sistema urbano contemporâneo. Nesse sentido, evidencia-se o estudo clássico de Walter Christaller (1966

¹ Este artigo é resultado de uma tese de doutorado com bolsa da CAPES.

²Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas–UNICAMP e professora do Colégio da Polícia Militar Bom Jesus da Lapa - Secretaria de Educação da Bahia. Bom Jesus da Lapa, BA, Brasil. E-mail: salmmeida@yahoo.com.br.

³Professor do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas–UNICAMP, Campinas, SP, Brasil. E-mail: veudes@unicamp.br.

[1933]) sobre a Teoria das Localidades Centrais, no qual o autor aponta que a centralidade de uma cidade é definida através do papel que ela exerce na distribuição de bens e serviços para a sua população. Portanto, essa centralidade “não é necessariamente paralela ao número de habitantes [...], talvez a cidade tenha uma população muito pequena e, no entanto, ainda tenha uma importância maior como lugar central” (CHRISTALLER, 1966 [1933], p. 6, tradução nossa). Tomando esse estudo como base conceitual, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou diversas pesquisas, ao longo de sua história, sobre a centralidade e a hierarquia da rede urbana brasileira. Essas pesquisas se tornaram referências analíticas para os estudos urbanos do país.

Para este artigo, utilizaram-se o quarto e o quinto estudos da série denominada Regiões de Influência das Cidades (REGIC). Publicadas em 2008 e 2020, essas versões trazem também a ideia de redes hierárquicas e não hierárquicas, a partir do levantamento da presença dos diversos órgãos estatais e das sedes de empresas nas cidades – isto é, os movimentos e as materialidades que são considerados na definição dos centros de gestão do território. Assim, para definir os centros da rede urbana brasileira, “buscam-se informações de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial” (IBGE, 2008, s/p.).

Desse modo, na edição de 2008 da pesquisa REGIC, os dados foram organizados da seguinte forma: no setor governamental, identificou-se a subordinação de serviços públicos presentes nas cidades; e, no âmbito empresarial, o número de sedes e filiais de empresas. Além disso, agências do IBGE aplicaram questionários para o delineamento das áreas de influência urbana. Assim, foi identificada a presença de comércio e serviços, como atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo, bem como a busca por esses serviços e comércio. Com isso, foi definida a intensidade de ligações entre os centros urbanos, estabelecendo a hierarquia urbana e a centralidade de cada cidade.

Em 2014, o IBGE publicou o estudo *Redes e fluxos no território: gestão do território 2014*. Nele, foi utilizada uma metodologia semelhante à da REGIC – ou seja, foram considerados dados das instituições públicas e das empresas. No entanto, não houve aplicação de questionários, como no estudo anterior. Ademais, no que concerne às instituições públicas, a análise se deu a partir das relações entre as agências, unidades de atendimento, gerências regionais, superintendências e sedes das seguintes instituições: Instituto Nacional do Seguro

Social (INSS); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Secretaria da Receita Federal (SRF); Justiça Federal; Tribunal Regional Eleitoral (TRE); Tribunal Regional do Trabalho (TRT); e o próprio IBGE. Esses dados foram levantados nos *sites* dessas instituições e em consultas diretas realizadas por *e-mail* durante o ano de 2013. Cada uma dessas instituições apresenta alcance, área de atuação e lógica locacional próprios, mas seu agregado reflete a forma pela qual o Estado gerencia o território (IBGE, 2014). Para a análise da gestão empresarial através da relação entre sedes e filiais, foi utilizado o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do próprio IBGE, cujos dados foram levantados em 2011. Já o delineamento dos centros de gestão do território ocorreu através da junção dos resultados sobre a gestão pública e a gestão privada, partindo “da noção de que o espaço é organizado tanto pelo Estado quanto pelas firmas que atuam em seu território” (IBGE, 2014, s/p.).

Com base nessa delimitação, foi caracterizada a rede urbana brasileira. Notou-se que, na gestão pública, nem todas as unidades correspondem ao mesmo nível hierárquico da rede urbana, já que “o diálogo entre sedes e filiais se revela como um processo intrínseco da rede urbana, manifestando-se, igualmente, de forma hierárquica” (IBGE, 2014, s/p.). Daí a importância da presença do Estado na cobertura territorial dos serviços públicos para atender a população mais dispersa; por outro lado, foi observado o uso seletivo do território pelas empresas.

Em 2020, o IBGE publicou o quinto estudo da série REGIC. Nessa versão, além da Teoria das Localidades Centrais, de Christaller (1966 [1933]), o estudo buscou uma atualização com base na Teoria dos Fluxos Centrais, desenvolvida por Peter J. Taylor e Ben Derudder na obra denominada *World city network: a global urban analysis* (2004), uma vez que tal teoria permite pensar o papel das cidades em suas dinâmicas socioeconômicas contemporâneas. Conforme apontam os pesquisadores da REGIC, essa edição do estudo enfatiza as

[...] relações externas das cidades de caráter não necessariamente hierárquico, ao mesmo tempo que não abandona o modo de pensar anterior, baseado em localidades centrais. Para tanto, parte-se do pressuposto de que todo sistema urbano é composto simultaneamente de dois processos: de um lado, a cidade continua a ter o papel de fornecer bens e serviços polarizando sua região de entorno de maneira contígua e, de outro, faz parte de uma rede de ligações de longa distância, que se interconecta de forma seletiva. Esse duplo caráter é parte constituinte da essência das cidades e está presente, em diferentes graus, em todo centro urbano (IBGE, 2020, p. 70).

A partir dos estudos supracitados, realizou-se um recorte espacial para compreender melhor a urbanização no oeste do estado da Bahia. A ideia orientadora foi que a rede urbana regional passou, nas últimas três décadas, por profundas mudanças em suas dinâmicas, sobretudo com o ganho de centralidade de Luís Eduardo Magalhães (LEM) na rede urbana regional – embora Barreiras ainda continue mantendo a polarização de determinados serviços urbanos, principalmente aqueles administrados pelo poder público. Esse fenômeno, como veremos, está muito associado à expansão do agronegócio na região, sendo conduzido pelas atividades agrícolas, especialmente pela produção de soja e de algodão, a qual provocou novos movimentos econômicos e sociais na urbanização da região.

Destaca-se que as novas dinâmicas da rede urbana do oeste baiano resultam dos mesmos processos econômicos e sociais que avançaram no território brasileiro nas últimas cinco décadas, produzindo uma acelerada urbanização com reflexos importantes na formação de uma nova rede urbana que se tornou mais articulada entre o regional e o nacional (CORRÊA, 2006; SANTOS; SILVEIRA, 2001). Do ponto de vista econômico, observa-se que as cidades do interior do país tiveram um papel cada vez mais determinante na reprodução do capital, porque passaram a integrar, além da produção, a circulação e o consumo de mercadorias, incorporando, ainda, crescentemente, o trabalho assalariado. Isto é, como argumenta Corrêa (2006, p. 215): “A cidade passa a ser o centro de produção e de circulação de capital”. Ainda segundo esse autor, o excedente de capital se realizará na cidade. Pode-se afirmar que a condição alcançada por Luís Eduardo Magalhães de ganho de centralidade na rede urbana regional no oeste baiano possui relação intrínseca com a maior intensidade de produção e circulação de capital decorrente da especialização produtiva no setor agropecuário.

A especialização produtiva que vem ocorrendo, sobretudo quando se trata das cidades da fronteira agrícola, levou Corrêa (2006) a identificar que tais cidades deixam de seguir um padrão de rede urbana muito difundido no passado, associado às formas dendríticas, ganhando uma nova complexidade analítica. Segundo o referido autor, a nova rede urbana torna-se cada vez mais integrada à rede urbana nacional, aprofundando a comunicação com diversos centros urbanos do mundo, às vezes, sem necessariamente passar pelos centros de comando nacionais, conforme também observou Santos (1996 [1988]). Essa é uma característica importante hoje para o entendimento da rede urbana nacional, a qual incorpora cada vez mais os avanços do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1993). Assim, na nova estruturação da rede urbana brasileira, à qual o espaço da fronteira agrícola está integrado, o mundo e o lugar

podem se conectar sem necessariamente obedecer a uma rede de comando estruturalmente hierarquizada no país. Essas cidades possuem intensa relação com o campo (mas não diretamente com o agrário *stricto sensu*). Elas são as cidades do agronegócio, segundo Elias (2011), ou as cidades do campo, segundo Santos (1993), com um peso reduzido do agrário, mas com um ganho de importância da atividade agrícola.

O fato é que o expressivo movimento de transformação econômica nas últimas décadas que se consolidou no interior do país, e que gera reflexo na rede urbana, produziu novas regionalizações nas áreas de avanço do agronegócio. Trata-se de regiões especializadas na produção agrícola modernizada, denominadas por Elias (2012) de Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs). Com essa denominação, a autora caracteriza aquelas áreas do território nacional com elevada especialização produtiva em atividades associadas à agropecuária modernizada, vinculadas sobretudo à expansão de *commodities* voltadas predominantemente para exportação. Esse movimento, entretanto, gera também uma urbanização que se intensifica e ganha novas dinâmicas socioespaciais e econômicas. A respeito das RPAs, Elias (2012, p. 4) justifica a importância de tal noção e discute de que maneira ocorrem as manifestações dos novos arranjos produtivos do campo brasileiro sob o comando do agronegócio:

Diante das demandas da produção agropecuária globalizada, as RPAs compõem-se tanto por modernos espaços agrícolas, extremamente racionalizados, quanto por espaços urbanos não metropolitanos (especialmente cidades pequenas, mas também cidades de porte médio). Esses formam nós, pontos ou manchas de redes agroindustriais e são perpassados pelos circuitos espaciais locais e regionais dessas. Isso ocorre seja nos lugares de reserva, inseridos mais recentemente na agropecuária globalizada, passíveis de serem exemplificados principalmente a partir de casos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, seja nas regiões agrícolas que há mais tempo participam do circuito superior da economia agrária, fortemente concentradas nas regiões Sudeste e Sul.

Cabe lembrar, conforme salienta a referida autora, que essas áreas são controladas pelas grandes corporações, as quais, ao mesmo tempo, são promotoras e beneficiárias dos fluxos – materiais e imateriais – produzidos e se conectam com todo o território nacional, além de estabelecerem importantes conexões com o mercado internacional. As RPAs representam, ainda segundo a autora, uma nova configuração dos espaços de influência do agronegócio, com importantes reflexos nos processos produtivos e nas dinâmicas dos espaços rurais e urbanos, produzindo neles uma reconfiguração por meio de novos consumos de técnicas e de ciência no processo produtivo, bem como pela incorporação de força de trabalho

assalariada. Por outro lado, esse fenômeno desmobiliza o trabalho familiar em pequenas atividades agropecuárias, gerando fluxos migratórios para o urbano. Tal processo acarreta, conseqüentemente, precarização da mão de obra daqueles com menos condições de lidar com as novas exigências de formação técnica demandadas pelo mercado de trabalho. Além disso, esse movimento é responsável por expressiva fragmentação territorial e seletividade espacial, resultando em aumento das desigualdades sociais, conforme também argumenta Elias (2012, p. 4), ao dizer que “as RPAs são os novos espaços de exclusão e de toda sorte de desigualdades socioespaciais”.

A rede urbana do oeste da Bahia, na qual a cidade de Luís Eduardo Magalhães se insere como a maior beneficiária desse novo momento de rápida reprodução do ciclo do capital, torna-se importante para o entendimento da maneira como ocorre a espacialização dos processos apontados acima.

A rede urbana do oeste baiano nos estudos do IBGE

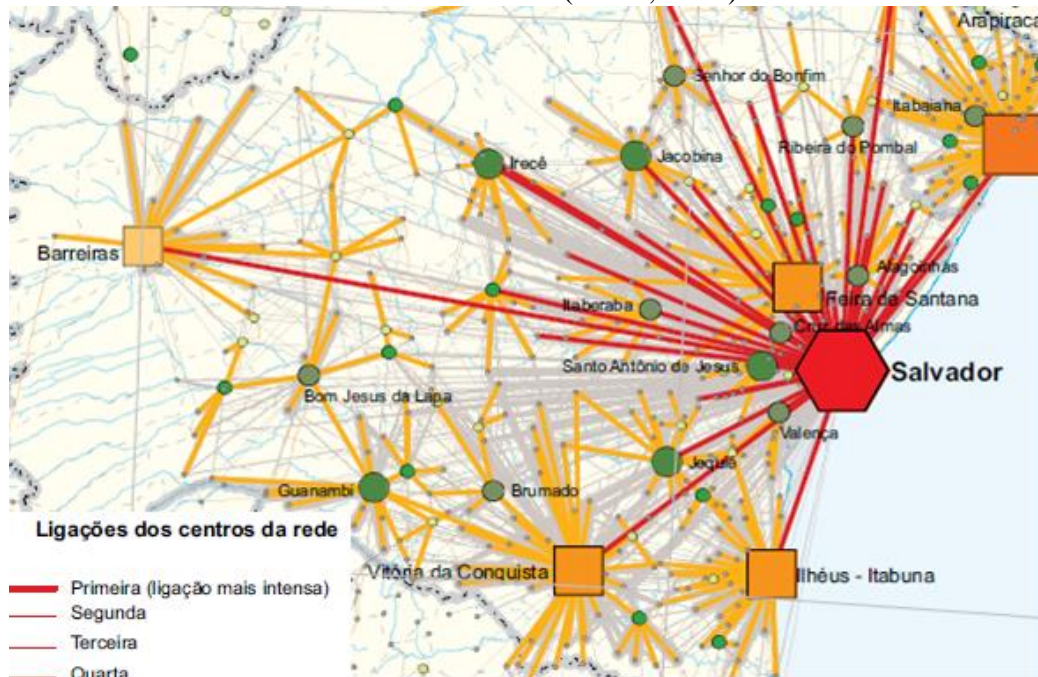
De acordo com o estudo do IBGE (2008) sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC), Barreiras se destaca como uma Capital Regional C, e Bom Jesus da Lapa como Centro Sub-Regional B. Na sequência, está a cidade de Santa Maria da Vitória, como Centro de Zona A; e, como Centro de Zona B, encontram-se as cidades de Barra, Ibotirama, Santana e Serra Dourada⁴. As demais cidades da região foram classificadas como Centros Locais, sem hierarquização: Angical, Baianópolis, Brejolândia, Buritirama, Canápolis, Carinhanha, Catolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Feira da Mata, Formosa do Rio Preto, Iuiú, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães, Malhada, Mansidão, Muquém de São Francisco, Paratinga, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério, São Félix do Coribe, Serra do Ramalho, Sítio do Mato, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley.

Nesse estudo, Barreiras, enquanto Capital Regional, e Bom Jesus da Lapa, como um Centro Sub-Regional, tornam-se as cidades mais importantes do oeste baiano. A influência regional delas se deve à oferta de serviços – sobretudo públicos, que atendem um conjunto maior de necessidades da população regional –, bem como à rede de transportes que opera

⁴ “A hierarquia dos centros urbanos assim identificados levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais” (IBGE, 2008, s/p.).

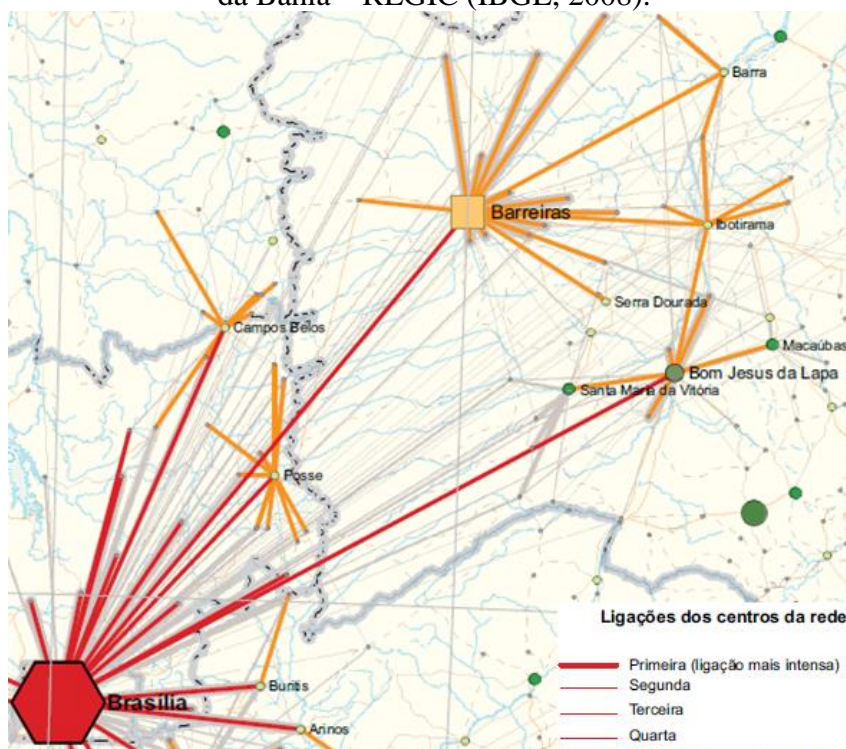
diariamente na região, através de rodovias que ligam essas cidades aos centros urbanos mais importantes dessa rede, como Salvador e Brasília (figuras 1 e 2).

Figura 1 – Rede de influência comandada por Salvador, com destaque para o oeste do estado da Bahia – REGIC (IBGE, 2008).



Fonte: IBGE, 2008, adaptação do(a) autor(a), 2021.

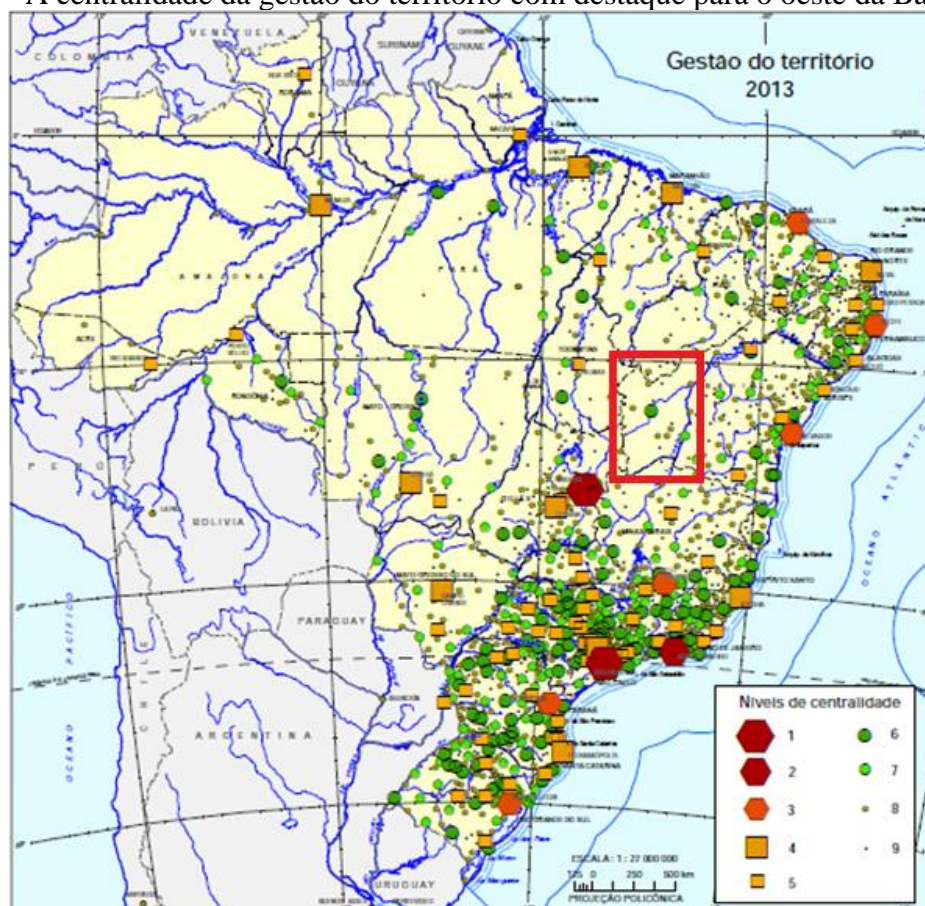
Figura 2 – Rede de influência comandada por Brasília, com destaque para o oeste do estado da Bahia – REGIC (IBGE, 2008).



Fonte: IBGE, 2008, adaptação do(a) autor(a), 2021.

Vale ressaltar que, nesse estudo do IBGE, a cidade de Luís Eduardo Magalhães ainda aparece como um Centro Local, mas, como será visto neste artigo, ela foi o núcleo da região que apresentou maior alteração na classificação do estudo mais recente. Isso se explica porque esse estudo foi realizado em 2007, apenas sete anos após a emancipação do município de Luís Eduardo Magalhães. No entanto, é em razão da elevada especialização produtiva, vinculada ao setor do agronegócio, que o município passou a ter uma rápida expansão urbana e um aumento de atividades econômicas, sobretudo comércio e serviços voltados para atender as demandas do campo. Esse foi o principal motivo do seu desmembramento, no ano de 2000, do município de Barreiras. O vertiginoso crescimento de LEM ocorreu com a instalação de empresas de médio e grande portes, com o rápido crescimento populacional e com a expansão do comércio e dos serviços. Diante disso, o que se pretende destacar aqui é que, em função do seu crescimento urbano acelerado, com a instalação de instituições públicas, mas, sobretudo de empresas do setor privado, a cidade de LEM apresentou um nível de centralidade maior no estudo realizado também pelo IBGE, com dados de 2013, intitulado *Redes e fluxos no território: gestão do território 2014*.

Figura 3 – A centralidade da gestão do território com destaque para o oeste da Bahia – 2013.



Fonte: IBGE, 2014, adaptação do(a) autor(a), 2019.

De acordo com o estudo supracitado, publicado em 2014, a cidade de Luís Eduardo Magalhães possui uma centralidade de nível 8; ou seja, encontra-se duas posições acima daquela que ocupava no estudo da REGIC (IBGE, 2008), quando foi classificada como um Centro Local sem hierarquização (Mapa 1). Apesar desse avanço na classificação da sua centralidade, a cidade Luís Eduardo Magalhães ainda se encontra no mesmo nível de outras sete cidades da região. Essas apresentam uma inserção menor de capitais públicos e privados. Assim, mesmo considerando a relevância desse estudo na compreensão da rede urbana do país, devemos nos atentar aos reflexos das especializações produtivas na complexidade da urbanização contemporânea brasileira:

A industrialização, a melhoria geral da circulação, o desenvolvimento de uma estratificação social mais complexa, criando níveis de demanda mais diferenciados, a modernização do campo e a incorporação de novas áreas levaram a uma complexificação funcional dos centros urbanos brasileiros. A posição de cada centro na hierarquia urbana não é mais suficiente para descrever e explicar a sua importância na rede de cidades. É necessário que se considere suas especializações funcionais, sejam industriais ou vinculadas aos serviços, muitas das quais criadas recentemente (CORRÊA, 2001, p. 100).

Daí a necessidade de investigar melhor a cidade de Luís Eduardo Magalhães, buscando revelar as suas especificidades em função da especialização produtiva agrícola. Embora Barreiras se encontre no maior nível hierárquico da região, essa centralidade, nos últimos anos, vem sendo superada por aquela da cidade Luís Eduardo Magalhães, sobretudo no que diz respeito à oferta de comércio e serviços privados vinculados ao agronegócio.

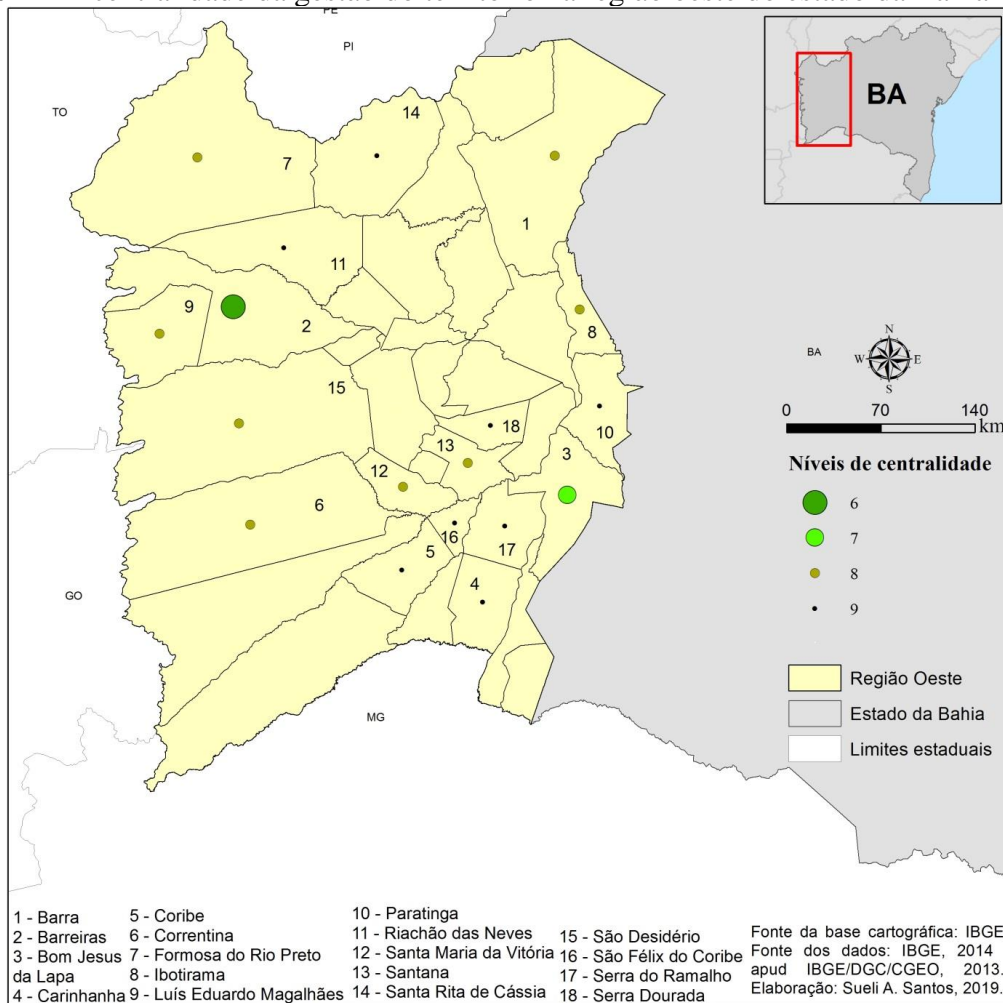
Além de Luís Eduardo Magalhães, outras três cidades também localizadas na região de agricultura modernizada apresentam uma nova hierarquia no estudo mais recente do IBGE: Correntina, São Desidério e Formosa do Rio Preto. Já no menor nível hierárquico, isto é, com centralidade de nível 9, constam seis cidades que não possuíam nenhuma centralidade no estudo anterior: Carinhanha, Coribe, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Félix do Coribe e Serra do Ramalho. Isso mostra uma dinâmica constante na importância regional dessas cidades, ilustrando como esse urbano moderno avança de forma acelerada, em função da presença de instituições tanto do setor público como do privado. Nesse sentido, segundo o IBGE no estudo da REGIC de 2008:

Salienta-se o fato de que o nível mais elementar na gestão do território (nível 9) já é indicador de uma certa importância de centralidade, já que menos da metade dos municípios brasileiros (39,6%) se qualificou como centro de

gestão. A maioria dos municípios no país (60,4%) ou não possui entidades das instituições selecionadas, ou não se conecta à estrutura de ligação das sedes e filiais de companhias, estando excluída das bases de dados aqui utilizadas (IBGE, 2008, s/p.).

Além das alterações acima apresentadas, ainda merece destaque a situação de Luís Eduardo Magalhães. Apesar de ela se encontrar no mesmo nível hierárquico que as cidades de Correntina, Formosa do Rio Preto e São Desidério, verificou-se, ao se esmiuçar separadamente algumas variáveis utilizadas para classificar a gestão empresarial, que a cidade luiseduardense apresenta uma concentração igual ou superior a Bom Jesus da Lapa – e essa última se encontra numa hierarquia de maior nível na classificação da centralidade da gestão do território. Por isso, a nossa proposta neste artigo consiste em desdobrar a análise dos dados desse estudo do IBGE (2014) para melhor compreender como os novos conteúdos da urbanização do oeste baiano redefinem as funções desempenhadas pelas cidades nesse subespaço do país, fortalecendo a sua inserção numa divisão territorial do trabalho.

Mapa 1 – A centralidade da gestão do território na região oeste do estado da Bahia – 2013.



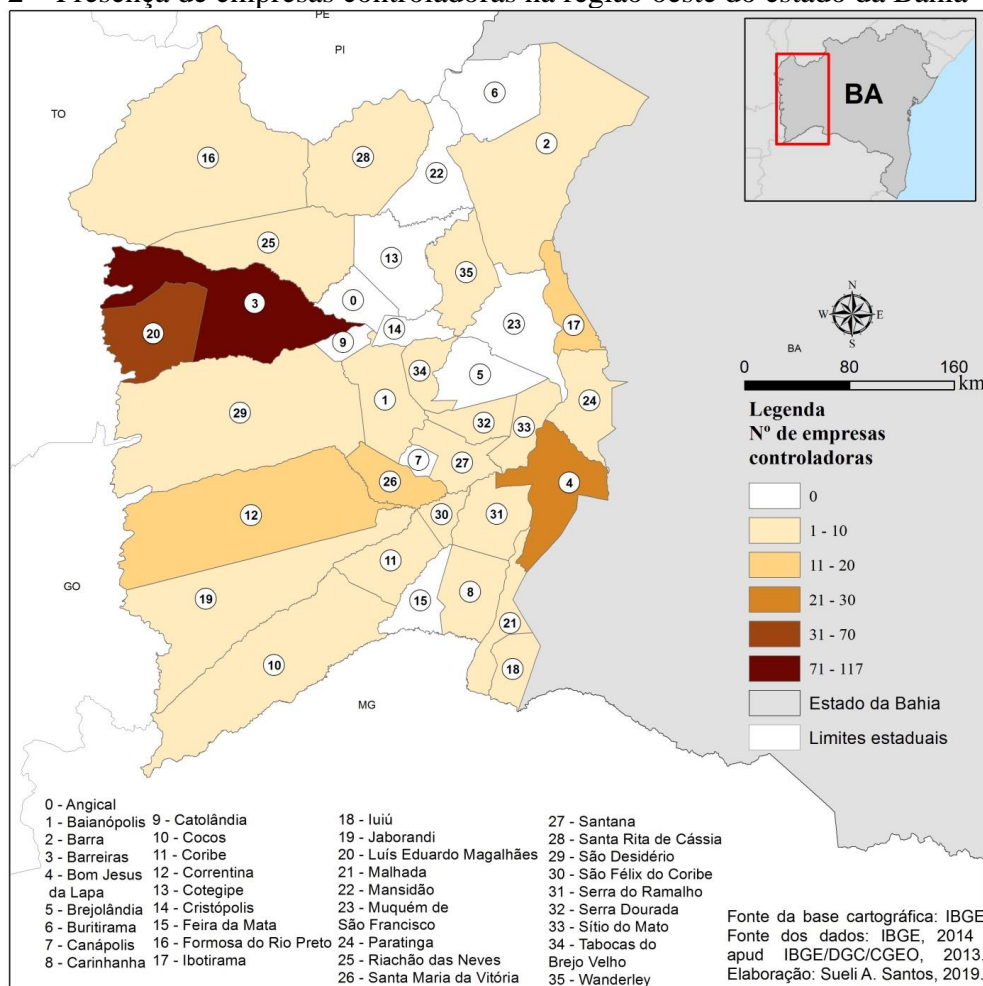
Fonte: Autores.

A primeira variável selecionada para a análise foi a de número de empresas controladoras, isto é, empresas-sede oriundas do município selecionado e que possuem filiais externas ao território em que a sede está localizada. Nessa contagem, considera-se também o número de filiais pertencentes a cada empresa-sede (IBGE, 2014). O município de Barreiras aparece em primeiro lugar, com um total de 117 empresas controladoras, seguido por Luís Eduardo Magalhães, que possui 65 e, na sequência, por Bom Jesus da Lapa, com 28 empresas. Os municípios de Ibotirama, Santa Maria da Vitória e Correntina apresentam 19, 16 e 14 empresas, respectivamente. São 20 os municípios que possuem até 10 empresas, e 10 os municípios que não contam com nenhuma empresa controladora (Mapa 2). Vale ressaltar que se utilizou o município como unidade de análise por ser esse o critério empregado pelo IBGE no levantamento dos dados. No entanto, há uma concentração desses estabelecimentos nos núcleos urbanos; daí a sua importância na compreensão das dinâmicas na rede urbana da região estudada. A inexistência de diversos *fixos geográficos* (SANTOS, 1996 [1988]; CONTEL, 2006) nas cidades menores não exclui a produção de necessidades desse consumo mais modernizado presente nos principais centros urbanos da região. Por isso, ocorre a criação dos fluxos em direção a esses centros, bem como a invenção de usos lugarizados, através da criatividade dos hegemônicos que participam de forma ocasional ou parcial desse consumo contemporâneo.

A força difusora do consumo que, no período atual, ganha uma velocidade antes nunca vista, acompanha-se do comportamento territorial das grandes empresas. As firmas mais poderosas escolhem os pontos que consideram instrumentais para sua existência produtiva e deixam o resto do território às empresas menos poderosas (SILVEIRA, 2005, p. 157).

Nesse contexto, as atividades de pequena dimensão, isto é, do circuito inferior, ganham importância nas *cidades locais* (SANTOS, 2008 [1979]) da região.

Mapa 2 – Presença de empresas controladoras na região oeste do estado da Bahia – 2013.



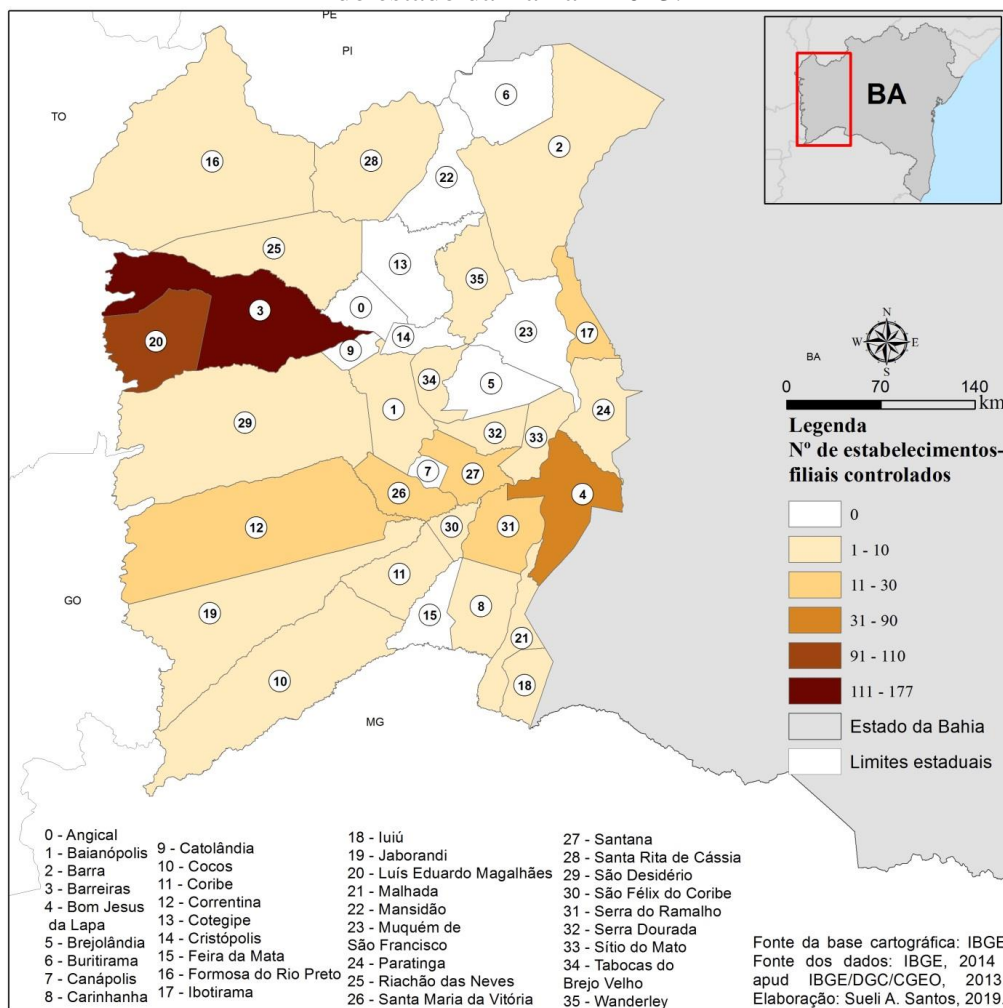
Fonte: Autores.

Em relação ao número de estabelecimentos-filiais controlados, que leva em conta as filiais fora dos limites do município listado, ou seja, aquele que possui as empresas-sede enumeradas em quantidade de empresas controladoras (mapa acima), a análise dos dados mostra que Barreiras é o município que mais se destaca, com um total de 177 estabelecimentos-filiais, seguida por Luís Eduardo Magalhães e Bom Jesus da Lapa, com 105 e 90 estabelecimentos, respectivamente. Na sequência, aparecem Ibotirama, com 28 estabelecimentos; Correntina e Santa Maria da Vitória, com 22 cada; Santana, com 21; e Serra do Ramalho, com 11. São 18 os municípios que possuem menos de 10 filiais. Além disso, os 10 municípios que não possuem nenhuma empresa controladora, por consequência, também não possuem nenhum estabelecimento-filial (Mapa 3). Essas informações revelam, assim, as concentrações e rarefações dessa região, bem como as diferenças da participação desses núcleos na divisão territorial do trabalho. Diante disso, sublinhamos que, dada a ausência desses fixos, grande parte da população supre as suas necessidades através de outros modos,

imitativos ou adaptativos, ou seja, nas atividades pertencentes ao circuito inferior da economia urbana. No entanto, tais atividades não aparecem nas estatísticas oficiais (SANTOS, 2009 [1978]; MONTENEGRO, 2011).

Nessa análise, destaca-se ainda o fato de que, com exceção de Bom Jesus da Lapa – que possui um número de estabelecimentos-filiais três vezes maior que o total de empresas controladoras –, os demais municípios não possuem nem o dobro do número de empresas-sede. Isso mostra que muitas dessas empresas possuem apenas uma filial. Isto é, as suas topologias possuem baixa capilaridade no território.

Mapa 3 – Número de estabelecimentos-filiais controlados pelos municípios da região oeste do estado da Bahia – 2013.

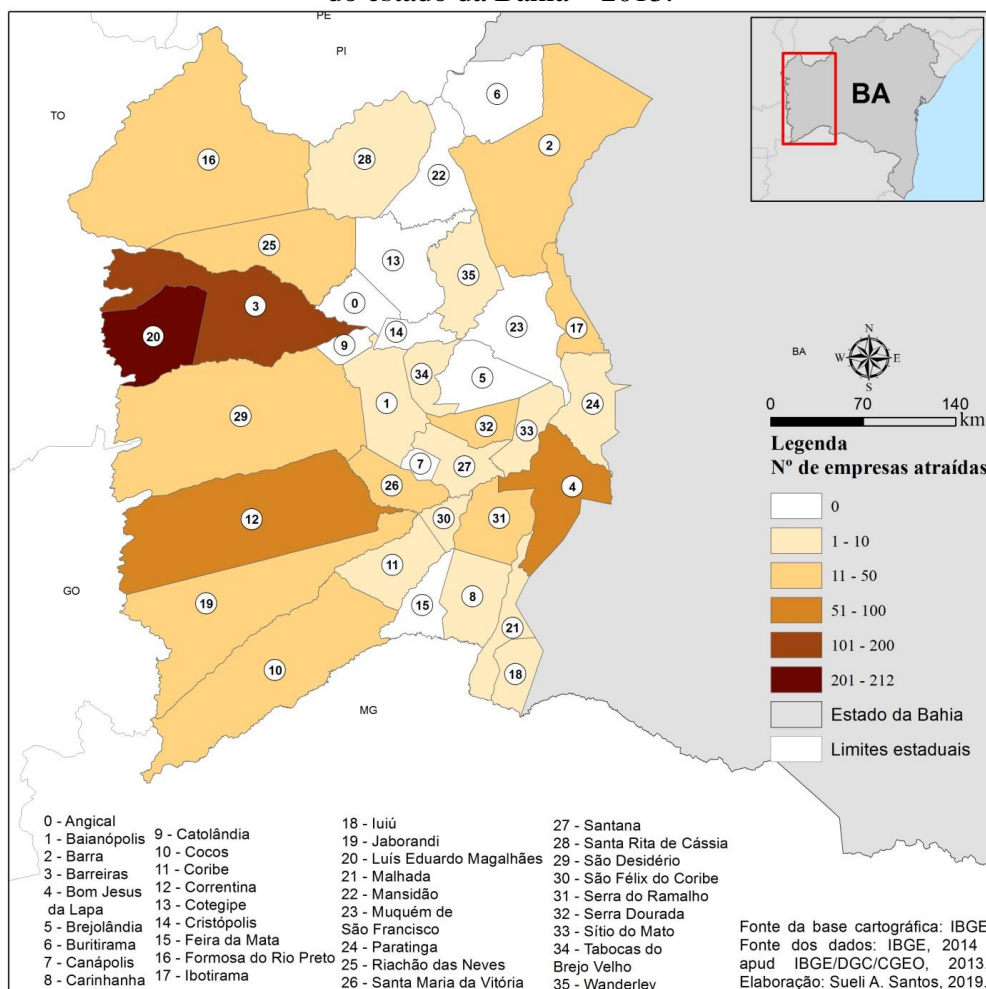


Fonte: Autores.

Reconhecemos que existe uma “vida de relações nos lugares para além do econômico” (SILVA, 2012, p. 113). No entanto, devemos considerar as suas conexões exteriores para compreender melhor os usos distintos do território. Nesse sentido, analisamos o número de

empresas atraídas, ou seja, consideramos na contagem as empresas-sede externas ao município listado, no qual estão alocadas suas filiais (IBGE, 2014). Nesse item, o município de Luís Eduardo Magalhães aparece em primeiro lugar, com um total de 212 empresas. Na sequência, constam os municípios de Barreiras, com 173; Correntina, com 67; e Bom Jesus da Lapa, com 59 empresas atraídas. O fato de o município Luís Eduardo Magalhães aparecer em primeiro lugar e de Correntina apresentar um número superior ao de Bom Jesus da Lapa pode ser um indicativo de que essas empresas são vinculadas ao setor do agronegócio, por se tratar de municípios com forte presença da agricultura moderna e que ocupam posições inferiores ao município de Bom Jesus da Lapa na hierarquia dos centros de gestão, uma vez que a definição desses leva em consideração também as instituições públicas.

Mapa 4 – Número de empresas atraídas pelos municípios da região oeste do estado da Bahia – 2013.



Fonte: Autores

O total de interações entre as empresas-controladoras que se localizam no município selecionado com as filiais externas ao seu território resulta na intensidade das ligações. Essas

levam em conta também as conexões entre os estabelecimentos-filiais que se encontram nesse mesmo município com as sedes localizadas externamente; ou seja, a intensidade das ligações mostra as conexões internas e externas das cidades da região.

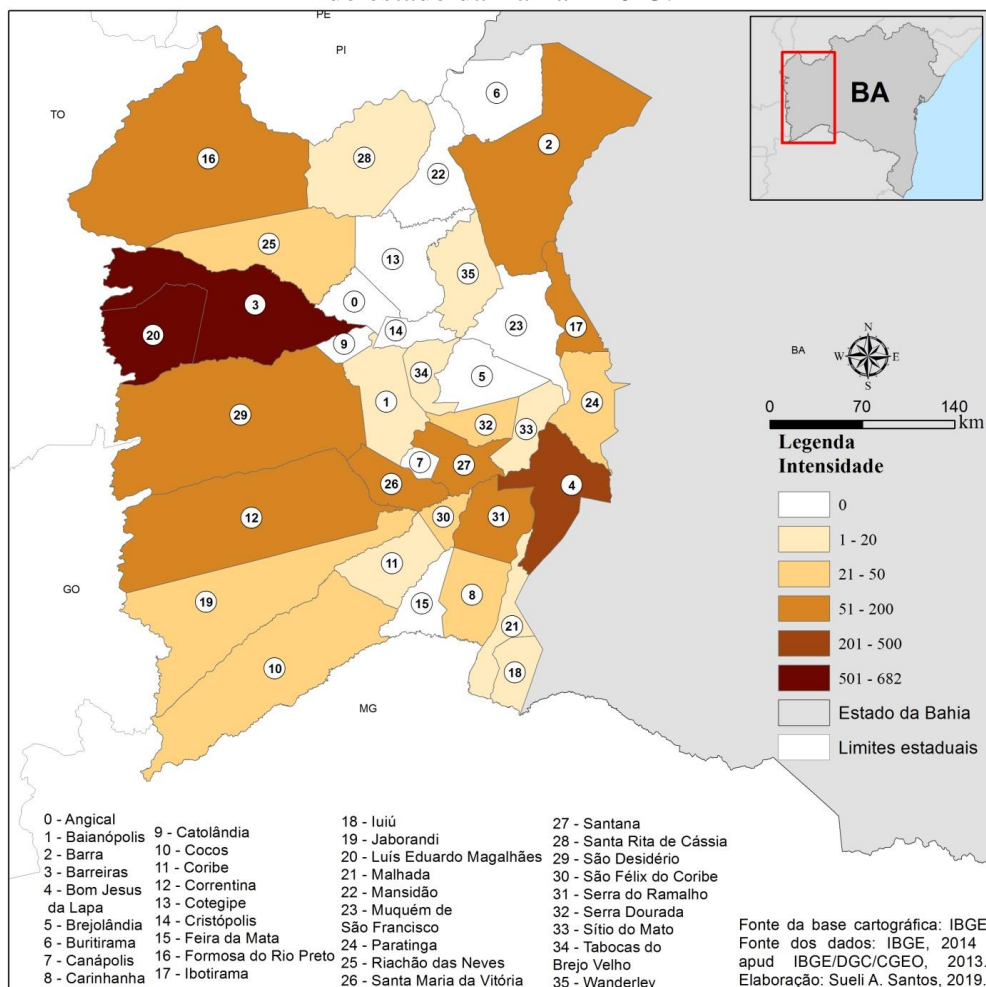
Reforça-se o entendimento de que a intensidade de ligações reflete o somatório das interações entre sedes e filiais, considerando cada município em sua possibilidade de abrigar estabelecimentos-sedes locais que se articulam com sucursais externas ao seu território e, ao mesmo tempo, levando em conta a presença de filiais atraídas aos seus domínios, sendo estas geridas por matrizes instaladas fora dos seus limites. O procedimento, além de gerar uma medida de centralidade, colabora para o entendimento dos padrões das redes de gestão territorial (IBGE, 2008, s/p.).

Na região oeste da Bahia, os municípios que apresentam maior intensidade de ligações entre sedes e filiais são Barreiras, com 682, e Luís Eduardo Magalhães, com 616⁵. Com isso, esses dois municípios apresentam valores muito superiores ao do terceiro colocado, Bom Jesus da Lapa, que apresenta 241. Além desses municípios, destacam-se também Correntina, Santa Maria da Vitória, Ibotirama e São Desidério, com 177, 100, 96 e 96, respectivamente. São 19 os municípios que possuem intensidade entre 12 e 61, e 10 aqueles que não possuem nenhuma sede ou filial e, portanto, não apresentam interação (Mapa 5).

O número expressivo de intensidade das ligações dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, quando comparado ao dos demais municípios da região, demonstra que há subespaços que possuem maior nexos com agentes econômicos instalados em outros lugares. Por outro lado, alerta-se para os níveis de excludência nessas atualizações da modernização do território, isto é, para a sua fragmentação (SILVA, 2005). Isso significa que a modernização territorial em curso na região não produziu mais equidade socioespacial; pelo contrário, houve aprofundamento das formas de segregação tanto no campo quanto nas cidades. No primeiro caso, essas formas são evidenciadas pelo enorme esvaziamento populacional e pelos diversos impactos produzidos nos ambientes naturais, gerando expulsão dos seus antigos moradores. No segundo, pelo fato de as cidades receberem um grande contingente de população expulsa do campo, contingente esse que, no entanto, apresenta grandes dificuldades de se estabelecer no espaço urbano, em decorrência da expressiva elevação do preço da terra e da baixa remuneração da força de trabalho – isso quando é possível obter alguma ocupação, considerando que nem sempre existe essa disponibilidade, o que empurra esse contingente para o trabalho informal e para a precarização.

⁵ Não há unidade de medida e sim o somatório das interações.

Mapa 5 – Intensidade das ligações entre empresas-sede e suas filiais na região oeste do estado da Bahia – 2013.



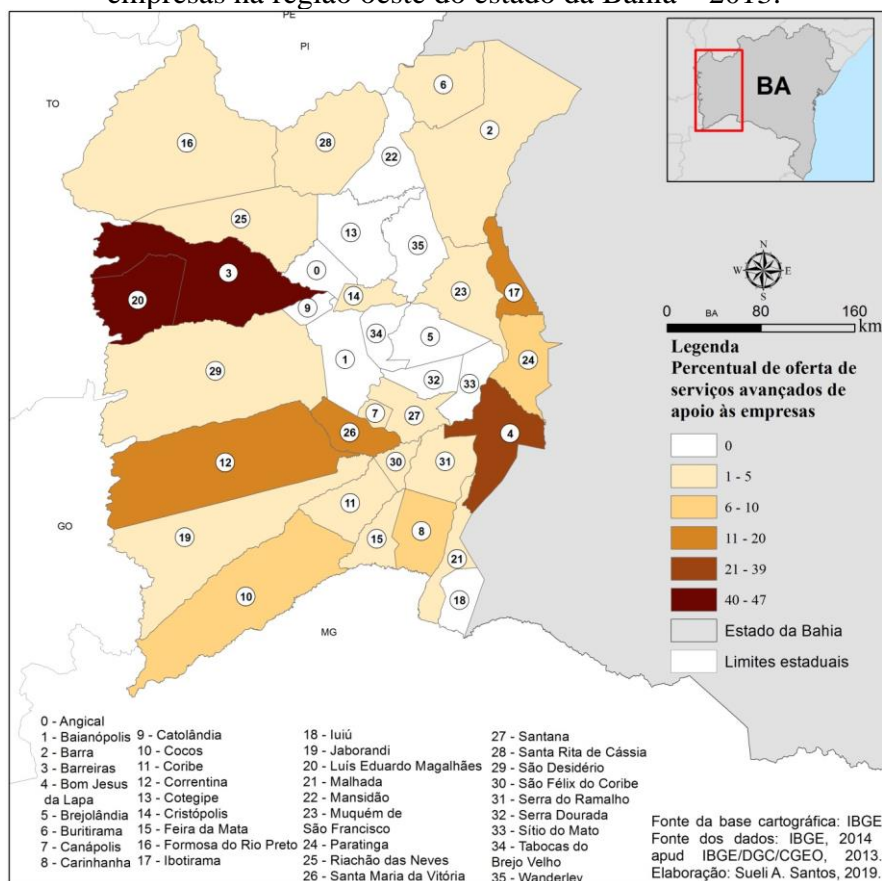
Fonte: Autores.

No período contemporâneo, a informação passa a ter um papel estratégico na reorganização da rede urbana. Nessa, os centros mais dinâmicos são aqueles que possuem o poder de concentrar e distribuir informações. No oeste baiano, os municípios⁶ que apresentam maior intensidade de ligações entre sedes e filiais são os mesmos que se destacam em relação à diversidade na oferta de serviços de apoio às empresas classificados como avançados. De acordo com o IBGE (2014), esses “são serviços ligados a atividades que requerem insumos de natureza administrativa, contábil, jurídica, financeira e de publicidade”. Nesse quesito, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães apresentam um índice de 47% e 40%, respectivamente, seguidos por Bom Jesus da Lapa, com aproximadamente 25%; Correntina, com 18%; e Santa Maria da Vitória e Ibotirama, com 11% cada. São 19 os municípios que apresentam um percentual inferior a 10%, e 11 os que não têm nenhuma participação nessa oferta (Mapa 6).

⁶ Leia-se “cidades”. Conforme já explicado, estamos utilizando a nomenclatura “município”, porque essa é a unidade de pesquisa do IBGE.

Isso demonstra a seletividade territorial na distribuição desses serviços e revela os espaços mais aptos a acolherem as modernizações do período atual. As áreas desinteressantes para os agentes mais capitalizados, em grande medida, são aquelas formadas por cidades locais sem poder de atração das maiores empresas, que necessitam de lugares com maior fluidez espacial para os fluxos sejam materiais, sejam imateriais. Por isso, essas cidades se tornam *abrigo* para as pequenas ações econômicas ainda sob o comando dos moradores locais e cuja importância vai além do econômico, na medida em que se trata de atividades que são exercidas com menor grau de competição entre os seus promotores, ao contrário do que ocorre nas cidades onde predominam os novos agentes do capital, que induzem às novas dinâmicas de produção e de consumo de mercadorias e, conseqüentemente, ao abandono das relações de solidariedade, impondo, por conseguinte, novas formas de competição entre os indivíduos. Nesse contexto, evidencia-se, assim, a metamorfose de algumas cidades, que passam de “cidades locais” para “cidades econômicas”; isto é, mudam de cidades mais associadas ao rural tradicional para mais subordinadas ao campo modernizado (SANTOS, 1993) – ambas materializando ritmos opostos de suas dinâmicas socioeconômicas e espaciais.

Mapa 6 – Diversidade na oferta de serviços classificados como avançados de apoio às empresas na região oeste do estado da Bahia – 2013.

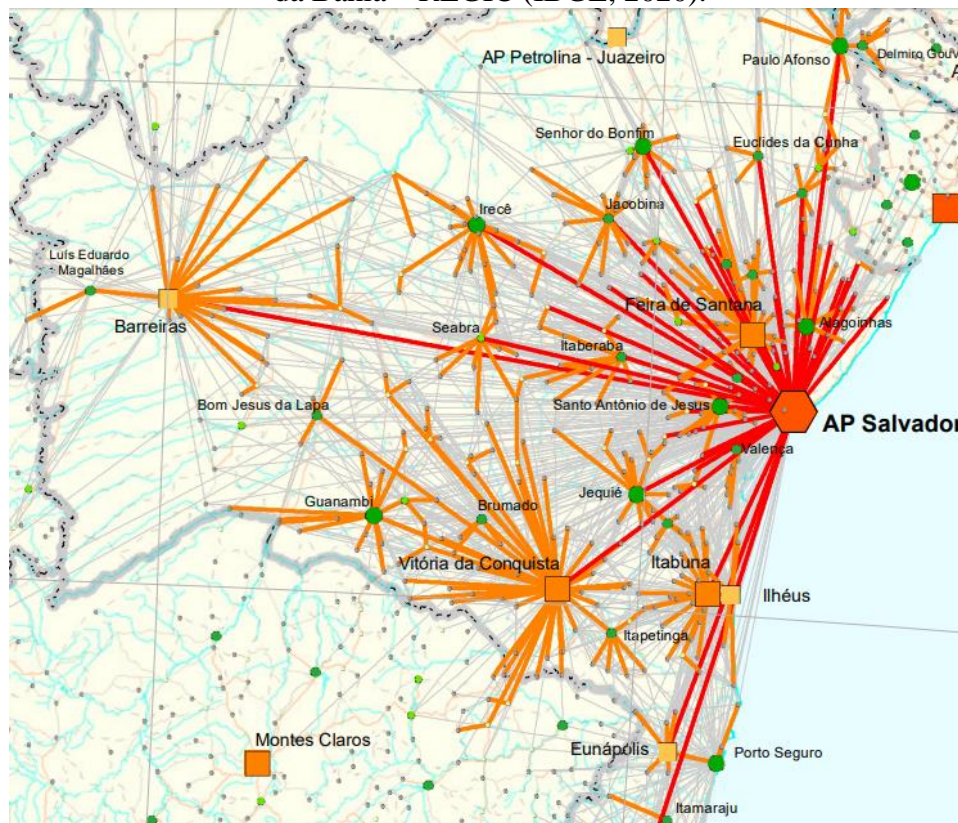


Fonte: Autores.

Ao analisar os dois primeiros estudos abordados neste artigo (IBGE, 2008; 2014), é possível notar que, no período de seis anos que separa as duas pesquisas, houve uma alteração em relação à centralidade de algumas cidades do oeste baiano. Conforme visto, alguns núcleos que não possuíam qualquer hierarquização no estudo da REGIC (IBGE, 2008) se destacam como centros de gestão na pesquisa de 2014.

Com a modernização acelerada, que vem imprimindo novos ritmos de urbanização na região, já houve alterações desde o estudo do IBGE de 2014. Isso ocorreu em razão da instalação de algumas empresas e instituições públicas em cidades do oeste baiano. Ao analisar o estudo mais recente do IBGE (2020), nota-se que essa REGIC apontou, entre outros, um avanço considerável na influência regional de Luís Eduardo Magalhães, uma vez que tal cidade adquiriu a mesma centralidade de Bom Jesus da Lapa, tornando-se também um Centro Sub-Regional B (Figura 4).

Figura 4 – Rede de influência comandada por Salvador com destaque para o oeste do estado da Bahia – REGIC (IBGE, 2020).



Fonte: IBGE, 2020. Adaptação do(a) autor(a), 2020.

Nesse último estudo do IBGE sobre as Regiões de Influência das Cidades, observa-se que as cidades de Barreiras e Bom Jesus da Lapa permaneceram com a mesma centralidade apresentada no estudo anterior. Isto é, Barreiras foi denominada como uma Capital Regional

C, e Bom Jesus da Lapa como Centro Sub-Regional B. Vale ressaltar que, conforme visto, Luís Eduardo Magalhães, no estudo anterior da REGIC (IBGE, 2008), apresentava-se como um Centro Local sem hierarquização. Dessa forma, essa cidade elevou-se três níveis no estudo mais recente da REGIC (IBGE, 2020). Por outro lado, os centros urbanos de Serra Dourada e Barra perderam o *status* de Centro de Zona B, tornando-se Centros Locais sem hierarquização. As demais cidades do oeste baiano mantiveram os níveis apresentados no estudo anterior (Quadro 1).

Quadro 1 – Hierarquização dos centros urbanos na região oeste do estado da Bahia – REGIC (IBGE, 2020).

Hierarquia no oeste baiano	Subdivisão	Cidades no oeste da Bahia
Capitais Regionais (1 cidade)	Capitais Regionais A	
	Capitais Regionais B	
	Capitais Regionais C	Barreiras
Centros Sub-Regionais (2 cidades)	Centro Sub-Regional A	
	Centro Sub-Regional B	Bom Jesus da Lapa e Luís Eduardo Magalhães
Centros de Zona (3 cidades)	Centro de Zona A	Santa Maria da Vitória
	Centro de Zona B	Ibotirama e Santana
Centros Locais (30 cidades)	Sem hierarquização	Angical, Baianópolis, Barra, Brejolândia, Buritirama, Canápolis, Carinhanha, Catolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Feira da Mata, Formosa do Rio Preto, Iuiú, Jaborandi, Malhada, Mansidão, Muquém de São Francisco, Paratinga, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Serra do Ramalho, Sítio do Mato, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley.

Fonte: IBGE, 2020, elaboração do(a) autor(a), 2020.

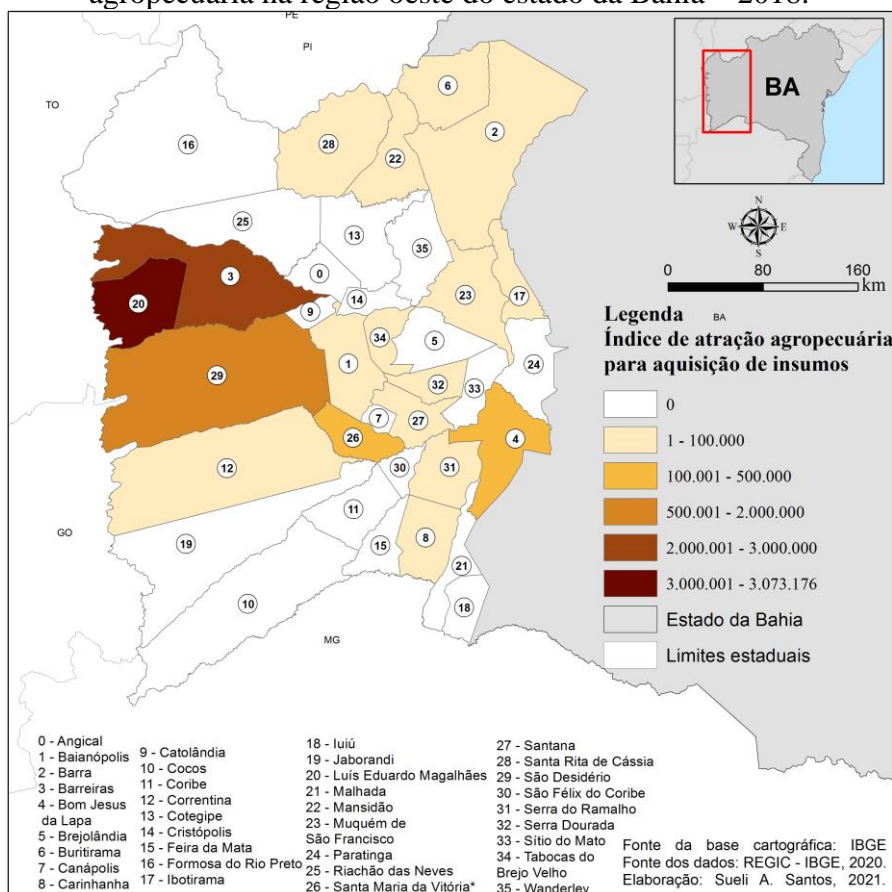
O fato de Luís Eduardo Magalhães ser o único centro urbano da região que apresentou um avanço no nível hierárquico pode ser associado à sua capacidade de dar respostas às demandas do campo modernizado presente na região, pois, nessa última versão da REGIC, o IBGE passou a considerar as atividades agropecuárias, conforme se verifica no excerto abaixo:

Embora o tema das atividades agropecuárias remeta, em uma primeira aproximação, mais ao espaço rural do que aos centros urbanos, a produção de alimentos e *commodities* insere-se em complexas cadeias produtivas responsáveis por fluxos de diferentes naturezas e intensidades cujos nós se localizam, em grande parte, nas Cidades. É nos centros urbanos onde ocorre

a disponibilização de crédito aos produtores, a comercialização dos produtos, insumos e maquinários, a formação de assistência técnica, a gestão da produção de grande porte, os principais centros de consumo por meio das centrais de abastecimento, a sede de complexos agroindustriais, os centros de pesquisa agropecuária, entre muitos outros exemplos. As Cidades são, desse modo, fundamentais para compreender os processos existentes no campo, que, por sua vez, implicam em diferentes inserções das próprias Cidades na economia nacional e mundial (IBGE, 2020, p. 136).

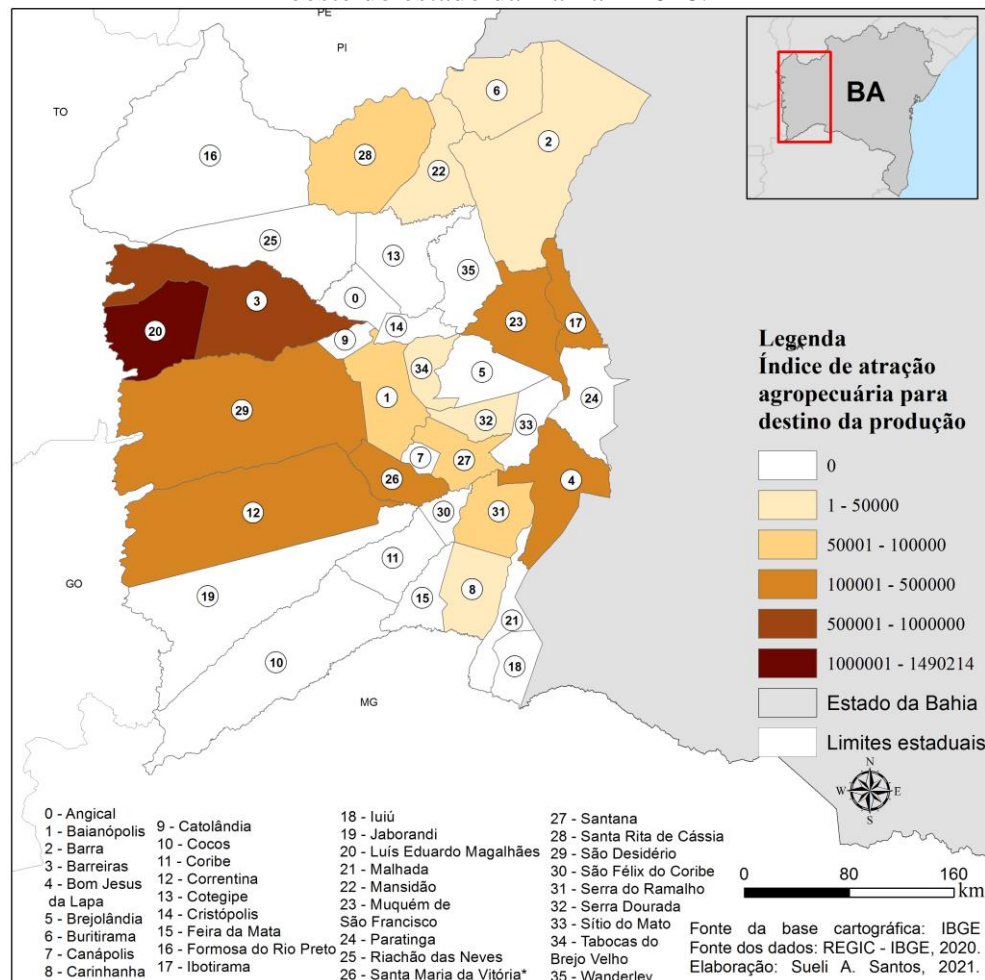
No entanto, vale ressaltar que, nesse estudo, o IBGE não considerou os fluxos agropecuários como componentes para o cálculo da rede urbana. O cálculo tem como base a participação do Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária no valor total do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios no ano de 2014. Portanto, os itens considerados representaram os locais de destino dos produtores rurais para realizar o *consumo produtivo* (SANTOS, 1993), tais como: adubos, fertilizantes, vacinas, sementes, maquinários e implementos agrícolas, serviços técnicos especializados, bem como para onde destinam a produção. Com isso, o IBGE identificou a centralidade das cidades em relação às atividades agropecuárias (mapas a seguir).

Mapa 7 – Índice de atração agropecuária para aquisição de insumos para a produção agropecuária na região oeste do estado da Bahia – 2018.



Fonte: Autores.

Mapa 8 – Índice de atração agropecuária para destino da produção agropecuária na região oeste do estado da Bahia – 2018.



Fonte: Autores.

Nesse mapeamento do IBGE (2020) em relação às atividades agropecuárias, destaca-se a centralidade de Luís Eduardo Magalhães, por apresentar um nível superior em todas as variáveis analisadas, isto é, aquisição de insumos, maquinários e implementos, assistência técnica, bem como o fato de ser o principal destino da produção agropecuária da região. Destaca-se, ainda, nesse estudo, que a cidade de Barreiras apresenta o maior nível hierárquico da rede urbana regional; porém, ao desmembrar a análise em relação às atividades agropecuárias, o núcleo barreirense se encontra numa posição inferior à da cidade luiseduardense. Isso revela a forte ligação de Luís Eduardo Magalhães com o campo modernizado. Vale também ressaltar que as cidades do extremo oeste baiano em que predomina a agricultura modernizada apresentam uma hierarquia superior às das cidades da

sub-região do campo tradicional, como Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória⁷. Isso revela a necessidade de uma reorganização daquelas cidades, para atender as novas demandas do campo, mais exigentes de consumo de técnica e de ciência no processo produtivo e de circulação de informações e mercadorias.

Diante do contexto apresentado sobre a rede urbana do oeste baiano, verificou-se, nesse sentido, que os núcleos urbanos apresentaram avanços e retrocessos em relação ao nível hierárquico. Além disso, notou-se uma diversidade de situações, que revela a complexidade da rede urbana regional. Quanto a Luís Eduardo Magalhães, o avanço de sua centralidade advém dos seus nexos com o campo modernizado, sobretudo em função da presença de grandes empresas do setor agrícola que se instalaram em seu território nas últimas décadas.

Considerações finais

Este trabalho dedicou-se a analisar a rede urbana do oeste baiano a partir de estudos da REGIC realizados pelo IBGE (2008; 2014; 2020). Tomando esse recorte regional como situação investigada, destaca-se a relevância da continuidade dessas publicações (cuja série teve início em 1966) para a compreensão das dinâmicas da rede urbana brasileira nas últimas décadas e da sua complexidade contemporânea.

Assim, a partir dos estudos supracitados, verificou-se que as cidades do oeste da Bahia que possuem maior centralidade são Barreiras, Bom Jesus da Lapa e Luís Eduardo Magalhães. Essa última foi a única a apresentar mudança de nível hierárquico entre a penúltima publicação da REGIC e a mais recente, pois o núcleo luiseduardense passou de um Centro Local (sem hierarquização) para um Centro Sub-Regional B, elevando-se, assim, três níveis entre um estudo e outro. Isso ocorreu em função da modernização acelerada, impulsionada pelo agronegócio, que vem ocorrendo na região desde a década de 1970. Nesse contexto, Luís Eduardo Magalhães tem a sua gênese relacionada às demandas do agronegócio, e o seu crescimento econômico e populacional se deve a essa atividade agrícola. Hoje a cidade de Luís Eduardo Magalhães disputa a sua centralidade com Barreiras e a ultrapassa na oferta de serviços privados, concentrando grande parte das empresas vinculadas

⁷ Nesse estudo, o IBGE utilizou a denominação “Arranjo Populacional” para as cidades que possuem o perímetro urbano próximo, como é o caso de Santa Maria da Vitória, que tem o seu perímetro separado de São Félix do Coribe por um rio. Logo, os dados apresentados nos mapas 7 e 8 em relação à cidade santa-mariense são compostos também pelos dados da cidade de São Félix do Coribe.

à moderna produção agrícola. Já quanto aos outros núcleos urbanos que também apresentam uma centralidade importante – isto é, Barreiras e Bom Jesus da Lapa –, a sua influência advém da presença de fixos geográficos, sobretudo para a oferta de serviços públicos, como saúde e educação. A importância regional dessas duas cidades associa-se aos processos econômicos e sociais que foram conduzidos por atividades tradicionais no contexto da região, como os produtos derivados da pecuária extensiva e os da agricultura camponesa e de base comercial. Tais atividades foram estimuladas pela forte presença de uma economia estatal, destinada à promoção da administração pública, nos três níveis governamentais e de serviços essenciais à população.

Com o advento do agronegócio, cujas políticas para sua estruturação já se mostravam presentes nos anos 1970, a rede urbana passa a se alterar na mesma velocidade em que se avançavam as bases produtivas da nova economia. A cidade de Luís Eduardo Magalhães – cujo núcleo urbano já nasceu, nos anos 1980, vinculado aos grandes produtores agrícolas de grãos e às empresas do setor agropecuário, a maioria com origem no centro-sul do país – passa paulatinamente a assumir, conforme visto, posições de comando dessa hierarquia urbana. Após a sua emancipação do município de Barreiras, no ano 2000, esse movimento de transferência de poder econômico para a cidade de Luís Eduardo Magalhães ganha ainda mais força.

Assim, em face do exposto neste artigo, cabe aqui uma última reflexão: as novas demandas de uma economia dinâmica com estreitos vínculos extrarregionais de alcance global, sendo Luís Eduardo Magalhães a principal receptora de pessoas e de mercadorias, poderão avançar nos próximos anos para a confirmação de um maior poder econômico no contexto regional exercido por esses novos agentes do capital? Tudo leva a considerar que sim, diante das demonstrações de que os fluxos de capital se direcionam mais para Luís Eduardo Magalhães do que para Barreiras ou para outras cidades da região, conforme se observou neste estudo.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado que fomentou a realização da pesquisa que originou este artigo.

Referências Bibliográficas

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. Prentice-Hall: Inc. Englewood Cliffs, 1966. (Original em alemão, 1933).

CONTEL, Fábio. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006. 343 p. (Tese, doutorado em Geografia Humana).

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 154-167, 2011.

ELIAS, Denise. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Bogotá, maio 2012, p. 1-16.

IBGE. **Redes e fluxos no território: gestão do território 2014**. Estudo de fluxos. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE. **Regiões de Influência de Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. **Regiões de Influência de Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MONTENEGRO, Marina. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano**. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011. 303 p. (Tese, doutorado em Geografia Humana).

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Ed. Hucitec, [1988] 1996.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Edusp, [1979] 2008.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, [1978] 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.

SILVA, Cátia Antônia. Crise da modernidade e trabalho em contextos metropolitanos. In: **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

SILVA, Silvana Cristina. **Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na Metrópole de São Paulo**. Os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP). Campinas: Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2012. 362 p. (Tese, doutorado em geografia).

SILVEIRA, María Laura. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (Org.). **Que país é esse?** Pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005.

TAYLOR, P. J.; DERUDDER, B. **World city network: a global urban analysis**. London: Routledge, 2004.

Artigo recebido em 09-05-2021

Artigo aceito para publicação em 23-08-2023